



A RODA DE MEMÓRIA COMO UMA TECNOLOGIA SOCIAL INOVADORA: UMA EXPERIÊNCIA PARTICIPATIVA NO GRANDE BOM JARDIM

Jorge Luiz Oliveira Lima¹
Kelvin Cavalcante De Lima²
Eduardo Gomes Machado³

RESUMO

O projeto estudou e analisou vieses educacionais, sociológicos e políticos relevantes que compõem a Roda de Memória, entendida enquanto tecnologia social passível de ser replicada em diferentes contextos e situações. Metodologicamente teve caráter participativo, efetuado com agentes do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim e com a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim. O Grande Bom Jardim é uma área periférica de Fortaleza marcada, ao mesmo tempo, por desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais, por uma intensa mobilização e atuação política de movimentos sociais e pela recente emergência de novas juventudes que atuam ocupando espaços públicos urbanos e espaços coletivos de uso comum, mesclando formas expressivas estéticas inovadoras e luta política pelo direito à cidade e pelo desenvolvimento local, integrado e sustentável. O Projeto analisou a Roda de Memória como uma tecnologia social inovadora, capaz de impactar as lutas por direitos e pelo desenvolvimento local, integrado e sustentável, ao ser incorporada por agentes popular-comunitários. E fez isso, efetuando processos formativos e fortalecendo a construção das memórias individuais e coletivas sobre as lutas sociais, a atuação política e a constituição urbana do território do Grande Bom Jardim, com a participação de lideranças populares locais de várias gerações.

Palavras-chave: ponto de memória;; memória; tecnologias sociais; rodas de memória.

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, luizjorge021@gmail.com¹

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Discente, kelvincavalcantee@gmail.com²

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Palmares, Docente, eduardomachado@unilab.edu.br³



INTRODUÇÃO

O Grande Bom Jardim é um território periférico urbano situado na área sudoeste da cidade de Fortaleza, na fronteira com os municípios de Maracanaú e Caucaia, composto por cinco bairros - Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira -, com população estimada em mais de 220 mil habitantes, é marcado por extrema vulnerabilidade social e precariedade urbana (MACHADO & PEREIRA, 2020). Ao mesmo tempo, o território é reconhecido pelo associativismo, capacidade organizativa e protagonismo político da sociedade civil local (ALMEIDA, 2014; MACHADO & PEREIRA, 2020), com destaque para a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ) (MACHADO & FAUSTINO, 2018).

O projeto estudou e analisou vieses educacionais, sociológicos e políticos relevantes que compõem a Roda de Memória, a partir da hipótese de compreendê-la enquanto uma tecnologia social passível de ser replicada em diferentes contextos e situações. Nesse sentido, através de estudos e análises participativas o Projeto discutiu a Roda de Memória como uma tecnologia social inovadora, capaz de gerar impactos e efeitos positivos ao Grande Bom Jardim de modo específico, e de modo geral ao campo da museologia social e comunitária e dos pontos de memória, fortalecendo dinâmicas de construção das memórias individuais e coletivas popular-comunitárias. Assim, fortaleceu a Rede DLIS do GBJ e o Ponto de Memória, entendendo/construindo a tecnologia da Roda de Memória de modo participativo, coletivo e dialógico, com os agentes do Ponto de Memória e da Rede DLIS do GBJ. Também efetuou processos formativos que impactem a reconstituição das identidades, dos conhecimentos e das práticas desses agentes, fortalecendo as potencialidades de desenvolvimento local, integrado e sustentável no GBJ.

METODOLOGIA

Envolveu a imersão no território do Grande Bom Jardim, com o acompanhamento de processos e a participação em ações, atividades e eventos vinculados ao patrimônio e a memória, a partir da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim e do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim. As atividades realizadas sistematizaram um referencial teórico sobre memória, tecnologia social e rodas de memória, inclusive descrevendo como surgiu a política brasileira de pontos de memórias e as rodas de memórias nos programas e instituições governamentais. Também caracterizamos a roda de memória como uma ferramenta técnico-metodológica.

Foram feitas articulações e estudos para fundamentar o referencial teórico e consolidar a metodologia. Também reuniões com o Conselho Gestor do Ponto de Memória do GBJ, com a participação de lideranças de dois outros Pontos de Memória pioneiros do país: Ponto de Memória Terra Firme, do Pará e Ponto de Memória Grande São Pedro do Espírito Santo. Foi discutido um entendimento das rodas de memória como tecnologia social, bem como a rearticulação nacional dos Pontos de Memória e a relevância da política de museologia social.

Duas grandes dificuldades foram vivenciadas durante a realização do Projeto, considerando o contexto social do país e do território no período de desenvolvimento do Projeto. Em primeiro lugar, a gravidade da questão social no país e particularmente no território do Grande Bom Jardim, com a pandemia da Covid-19 e com o agravamento da fome (insegurança alimentar grave) e o conjunto de problemas sociais vinculados, particularmente de saúde. Essa situação fez com que as lideranças locais direcionassem seus esforços para o enfrentamento à Covid-19 e à fome, com a atuação do Comitê Popular de Enfrentamento à Covid-19 do Grande Bom Jardim e de cozinhas comunitárias no território, por exemplo, dificultando a realização de outros processos e atividades. Em segundo lugar, a precarização e destruição de orçamentos, sistemas e políticas públicas efetuada no Brasil nos últimos anos impactaram de maneira bastante grave os pontos de memória



do país e particularmente o do Grande Bom Jardim, gerando uma situação de intensa e grave desmobilização das lideranças dos pontos de memória, com o esgarçamento do ânimo, dos vínculos sociais e da dinâmica de sociabilidade e atuação política. Este projeto compôs um esforço integrado de reversão dessa situação. A partir do final do segundo semestre de 2022 iniciou-se nacionalmente um processo de rearticulação e fortalecimento dos pontos de memória e dos agentes e iniciativas de museologia social, do qual participamos conjuntamente com o Ponto de Memória do Grande Bom Jardim. Isso resultou em esforços para a construção de uma política nacional de museologia social e de fortalecimento do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). Considerando essas dificuldades, desenvolvemos como estratégia a concepção conjunta, com o Ponto de Memória e o Centro de Cultura do Grande Bom Jardim (CCBJ), através da ação de Iniciativas Comunitárias, a realização de várias reuniões e a preparação de atividades relacionadas aos "10 anos do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim". No âmbito dessas comemorações dos 10 anos do Ponto, efetuamos três lives: (1) Abertura da Semana de Direitos Humanos do CCBJ com Mário Chagas, técnico do Instituto Brasileiro de Museus, referência nacional da museologia social e um dos responsáveis pela concepção, formulação e implantação da política brasileira de pontos de memória (de Memória do Grande Bom Jardim - YouTube>); (2) Segunda live da Semana de Direitos Humanos do CCBJ: "A memória da construção da política dos Pontos de Memória no Brasil" (Projeto 10 anos Ponto de Memória GBJ) (); (3) Terceira live da Semana de Direitos Humanos do CCBJ: "Políticas públicas de patrimônio cultural e memória social e museologia comunitária para as periferias: potencialidades, desafios e caminhos" (Projeto 10 anos Ponto de Memória GBJ) ().

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Programa Pontos de Memória foi instituído em 2009, através de parceria entre o Programa Mais Cultura, do Ministério da Cultura, e do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania - PRONASCI, do Ministério da Justiça, buscando identificar, apoiar e fortalecer iniciativas de memória e museologia social pautadas na gestão participativa e no vínculo com a comunidade e seu território, contribuindo para o desenvolvimento de uma política pública de direito à memória, com base no Plano Nacional Setorial de Museus e Plano Nacional de Cultura. Assim, promove ações de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por coletivos culturais e entidades culturais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira, trabalhando a memória como fator de inclusão e transformação social.

O Ponto de Memória do Grande Bom Jardim nasceu em outubro de 2009, a partir de convite do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) para compor um projeto piloto de implantação do Programa Pontos de Memória. No primeiro semestre de 2010, as organizações do Grande Bom Jardim que apoiaram a instituição do Ponto de Memória realizaram 05 assembleias territoriais, compondo o Conselho Gestor do Ponto e elaborando e aprovando um regimento interno. Em 2012, o Ponto iniciou o inventário participativo do patrimônio cultural territorial do Grande Bom Jardim, tendo como referência teórico-metodológica o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Nesse mesmo ano apresentou a exposição "Jardim das Memórias" e em 2014 a segunda exposição "De Onde Viemos? TERRA DE TODOS OS CREDOS - Grande Bom Jardim". Em 2018, a terceira exposição "Rede DLIS 15 anos: Lutas e Conquistas Populares".

O Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, além de compor a Rede DLIS do GBJ, manteve entre 2009 e 2019 uma articulação com os outros 11 Pontos de Memória Pioneiros, constituindo a Rede de Pontos de Memória. A partir dessa articulação, a Portaria Nº 315, de 06 de setembro de 2017, do Instituto Brasileiro de



Museus (IBRAM), constituiu o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória e formalizou o Programa Pontos de Memória como uma política de Estado.

Construímos o entendimento da roda de memória como “processo, método ou instrumento capaz de solucionar algum tipo de problema social e que atenda aos quesitos de simplicidade, baixo custo, fácil reaplicabilidade e impacto social comprovado” (PENA Jacques de Oliveira; MELLO, Clailton José, 2004, p. 84) Assim, a tecnologia social da memória reúne práticas, conceitos e princípios essenciais para que públicos diferenciados, com objetivos diversos, possam se apropriar da metodologia de registro e produção de narrativas históricas Entendendo-se a roda de memória enquanto ferramentas de captação de narrativas individuais e coletivas capazes de promover a reconstrução e consolidação de identidades e o acesso à direitos individuais e coletivos, ela inclui três dinâmicas fundamentais que se complementam: construir, organizar e socializar histórias.

A Roda de memória efetiva uma dinâmica indutiva de coleta de dados, assentada na instituição de condições e situações que gerem fluxos interindividuais de memórias, potencialmente constituindo/evidenciando unidades discursivas e/ou memórias individuais e coletivas. Nessa perspectiva, torna-se mediação, suporte e instrumento para dinâmicas interpretativas que efetivam a releitura e reescrita discursiva, reconstituindo significados partilhados, esquemas interpretativos e referências identitárias. O caráter coletivo e social do processo lhe confere legitimidade política, credibilidade técnica e notoriedade pública, permitindo um diálogo propositivo e efetivo com outros segmentos e setores políticos com vistas à implantação ou ampliação de políticas públicas no território (ALMEIDA, 2014: 231).

Ao mesmo tempo, mobilizamos referências da abordagem biográfica, em diálogo com Lechner (2009) e com Josso (2006, 2007). Cabe destacar, no âmbito de ações que mesclam dinâmicas individuais e coletivas, a reativação de vínculos sociais, a identificação e problematização das situações e episódios significativos ou comuns, das expectativas e motivações intuídas e vivenciadas, assim como dos sentidos gerados (LECHNER, 2009; JOSSO, 2006, 2007). Buscando a “colocação em comum de questões, preocupações e inquietações, explicitadas graças ao trabalho individual e coletivo sobre a narração de cada participante”, potencializando processos interpretativos que podem reconstituir percepções e sentidos comuns (JOSSO, 2007, p. 215).

A narração das próprias trajetórias de vida (JOSSO, 2007, p. 414) pode evidenciar “problemáticas de posicionamento na sua vida cotidiana e na sua ação”, constituindo situações em que seja possível” aflorar e penetrar nas preocupações existenciais” das lideranças populares, nas “questões de sentido”, em que se evidenciam “como porta vozes dos problemas dos grupos sociais com os quais operam”, potencialmente revelando “vivências questionadas e questionadoras de sua própria vida”. Josso (2007, p. 420-421) fala em pesquisa-formação, “porque a atividade de pesquisa contribui para a formação dos participantes no plano das aprendizagens reflexivas e interpretativas, e situa-se em seu percurso de vida como um momento de questionamento retroativo e prospectivo”, alternando “trabalho individual e trabalho em grupo”.

A categoria memória social, que fundamenta e orienta a intervenção e as práticas sociais e discursivas do Ponto de Memória, é herdeira do movimento político intelectual conhecido como Nova Museologia ou Museologia Social, o qual tem como fato exponencial o evento conhecido como a Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrida em 1972. Nesse contexto, Varine destaca duas noções centrais: a noção de museu integral, aquele que pensa a sociedade na sua integralidade, na totalidade dos seus problemas reais; e a noção de museu como ação, como instrumento dinâmico para a mudança social. (2012b: p. 143 e 144). Como fruto deste movimento político-técnico, emerge o fenômeno da multiplicação dos museus comunitários, envolvendo a engenhosidade criativa de variados agentes populares que põem em curso experiências comunitárias em memória com finalidades político pragmáticas, constituindo novos olhares e narrativas. Em Raízes do Futuro o patrimônio a serviço do desenvolvimento local, Hugues de Varine baseia-se no vínculo entre patrimônio,



ação comunitária e desenvolvimento local sustentável (VARINE, 2012a). Essas ideias inscrevem-se essencialmente nas concepções deste projeto. Cabe considerar que o Grupo já desenvolve pesquisa envolvendo memórias de lideranças populares do/no território, além de estar em contato intensivo e reiterado com a Rede DLIS e o Ponto de Memória.

CONCLUSÕES

Obtivemos indícios da existência do que é nomeado por agentes locais como rodas de memórias, aplicadas em contextos e situações em que lidaram com o patrimônio e a memória enquanto dispositivos teórico-empíricos significativos, derivando, inclusive a constituição de exposições pelo Ponto de Memória. Porém, percebemos que inexistente uma consolidação educacional, política e sociológica das experiências das rodas de memória, capaz de configurar uma tecnologia sistematizada, reconhecida, incorporada, aplicada e replicada localmente.

Os objetivos foram parcialmente alcançados, aprofundando as relações da Universidade com o movimento popular-comunitário do Grande Bom Jardim, e particularmente a Rede DLIS do GBJ e o Ponto de Memória do GBJ, apoiando e fortalecendo as lutas para manter e rearticular as instâncias de museologia social e comunitária, de patrimônio e memória em territórios periféricos, considerando-se articulações locais e nacionais.

Estudamos e discutimos participativamente a relevância da roda de memória e o seu caráter de tecnologia social, em reuniões com lideranças comunitárias locais, inclusive do comitê gestor do Ponto de Memória do GBJ e de outros Pontos de Memória pioneiros do país.

Apesar dos limites dados pelo contexto social, iniciamos um processo local e nacional de reflexão coletiva acerca da articulação teórico-empírica entre patrimônio, memória e tecnologia social, sistematizando referenciais teóricos que podem fundamentar processos formativos para fortalecer as rodas de memória, dotando de densidade teórico-empírica as interlocuções entre agentes e conhecimentos acadêmicos e popular-comunitários. Foi sistematizado um entendimento/construção da Roda de Memória de modo participativo, coletivo e dialógico e também se efetuaram processos formativos buscando afetar os conhecimentos e as práticas desses agentes.

Participamos ativamente de iniciativas buscando a rearticulação nacional dos pontos de memória pioneiros. Desenvolvemos como estratégia a concepção conjunta, com o Ponto de Memória e o Centro de Cultura do Grande Bom Jardim (CCBJ), através da ação de Iniciativas Comunitárias, a realização de várias reuniões e a preparação de atividades relacionadas aos "10 anos do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim".

Não foi possível fortalecer a construção das memórias individuais e coletivas sobre as lutas sociais, a atuação política e a constituição urbana do território do Grande Bom Jardim, com a participação de lideranças populares locais de várias gerações.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); ao Ponto de Memória do Grande Bom Jardim; à Rede DLIS do Grande Bom Jardim; às lideranças do GBJ; ao Centro Cultural do Grande Bom Jardim (CCBJ); a Adriano Paulino de Almeida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. P. (Grande) Bom Jardim: Reterritorialização e Política de Representação à Luz da Nova Pragmática. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de

Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2014.

FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. Ação cultural para a liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

JOSSO, Marie-Christine. As figuras de ligação nos relatos de formação: ligações formadoras, deformadoras e transformadoras. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 373-383, maio/ago. 2006.

LECHNER, E.; SOUZA, E. C.; Delory-Momberger ; Josso; Hess, R ; ONEILL, B. ; Magão, T. Histórias de vida: olhares interdisciplinares. 1. ed. Porto: Afrontamento, 2009. v. 1000. 153p.

MACHADO, Eduardo Gomes; PEREIRA, Alexandre Queiroz. Periferias urbanas, redes locais e movimentos sociais em Fortaleza, Ceará. Boletim Goiano de Geografia, v. 40, p. 1-27, 2020.

MACHADO, Eduardo Gomes; FREITAS, Maria Valdelia Carlos Chagas de; MARTINS, Laudiano da Silva; FAUSTINO, Anna Erika Rocha. Observação participante, educação popular e pesquisa-ação no Grande Bom Jardim. In: Experiências em ensino, pesquisa e extensão na Unilab: caminhos e perspectivas / Geranilde Costa e Silva; Evaldo Ribeiro Oliveira (orgs). Fortaleza: Impreco, p. 383-405, 2018.

MACHADO, Eduardo Gomes; FAUSTINO, A. E. R. Perfil da Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS do GBJ). Relatório Final de Pesquisa Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Instituto de Humanidades e Letras, Redenção, 2018.

PENA, Jacques de Oliveira; MELLO, Claiton José. Tecnologia social: a experiência da Fundação Banco do Brasil na disseminação e reaplicação de soluções sociais efetivas. In: PENNA, Jacques de Oliveira; MELLO, Claiton José.

Tecnologia social: uma estratégia para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Banco do Brasil, 2004.

PINEAU, Gaston. As histórias de vida em formação: gênese de uma corrente de pesquisa-ação-formação existencial. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.2, p. 329-343, maio/ago. 2006.

VARINE, Hugues. As Raízes do Futuro - O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2012a.

VARINE, Hugues. Em torno da Mesa de Santiago do Chile. In: Mesa Redonda sobre la importância y desarrollo de los museos em el mundo contemporâneo; Mesa Redonda de Santiago do Chile - 1972. José do Nascimento Júnior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (orgs), Brasília, DF: IBRAM/MinC/Programa Iberumuseus, 2012b, vol.01 (p 143-144).